

BRASIL AGORA

15 A 28 DE JULHO DE 1995
Nº 71 — R\$ 2,50

*A economista e deputada
Maria da Conceição Tavares
analisa as tendências da
economia após as novas
medidas no Real e adverte:*

ARROCHO HOJE, DESASTRE AMANHÃ

Páginas Centrais

VIAD. CAVALCANTE/AE

MUNDO

**Mouzar Benedito
aposta:
"Cuba sofre, mas
não se rende"**

Págs. 8 e 9

POLÊMICA

**Crisiôvam
Buarque debate
seu governo e a
esquerda**

Pág. 11

RESENHA

**"Adeus ao
Trabalho?" discute
a crise do
sindicalismo**

Pág. 5

ARROCHO

**Banco do Brasil
enfrenta onda
de suicídios entre
funcionários**

Pág. 4

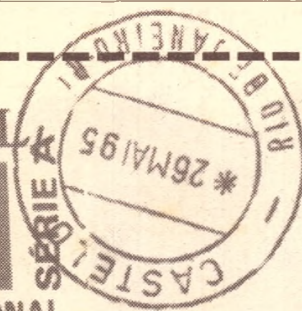
ECOLOGIA

**O Greenpeace
põe areia nos
testes nucleares
franceses**

Pág. 12

CARTAS

CORREIOS
BRASIL
1º PORTE NACIONAL



Amigos e companheiros do Brasil Agora, Recebi o número 69 do jornal. Quero dizer que me agradou bem mais este novo estilo e estou de acordo com o que escreve o jornalista da Veja. Pena que este jornal não seja mais divulgado e que o povo assim continua "desinformado" pelos telejornais, sobretudo o da Globo.

Estou de mudança para Fortaleza, depois de passar 12 anos aqui neste canto perdido da Paraíba. Por este motivo não vou renovar agora minha assinatura. Mas passei o pedido de assinatura para um amigo.

A sugestão que eu daria é de que fossem publicadas no Brasil Agora mais notícias das prefeituras do PT. De agora em diante temos que agir forte na periferia da sociedade, nas bases mesmo. E no plano político isto significa obter o maior espaço possível nas prefeituras.

Desejo todo sucesso para vocês, apesar das grandes dificuldades. A solidariedade e a esperança são a nossa força maior.

Zarita Furtado
Serra Redonda /PB

Recebemos os últimos números do jornal Brasil Agora que têm sido de grande valor para nosso trabalho junto à juventude, porque apresenta uma visão a partir da classe trabalhadora e assim podemos tomar uma postura crítica frente à realidade brasileira.

Estamos acostumados a enxergar apenas com os olhos da classe dominante, que é a proprietária dos meios de comunicação de massa no país. Por isto, agradecemos e parabenizamos o projeto que agora retorna.

Quanto ao projeto gráfico, penso que ainda está muito carregado. Como acreditamos no projeto, gostaríamos que fosse do alcance dos jovens.

Carmem Lucia Teixeira
Coordenadora da Casa de Juventude Pe. Burnier
Goiânia /GO

Senhor editor: no seu cotidiano, Benedita da Silva parece ser uma pessoa alegre e risonha. Depois de ter conseguido uma vaga no Senado, seu comportamento parece não ter limites. Sua foto na Folha de S. Paulo (4 de julho), abraçando — por sua li-

vre iniciativa — efusivamente os senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães é uma eloquente demonstração de que sua alegria é indiscriminada e nem passa pelo crivo ideológico. Benê não precisa ser mal educada nem fechar a cara para os adversários, mas tamanha alegria com Sarney e ACM é overdose de pluralismo! Ou no parlamento (burguês) descobrimos que somos todos companheiros? (por favor não me chamem de patrulheira...)

Flora Luxemburgo
São Paulo/SP

Poder econômico, rides again. O preço do gás subiu! Que legal! O motivo ninguém sabe, mas a permissão para os envasadores meterem a faca nas costas da gente já foi dada. Durante a greve o TIT julgou que os petroleiros eram uns canalhas e que não tinham nada que ficar pedindo para o governo atual honrar os compromissos assumidos pelo anterior. O que o presidente do topete prometeu que se dane. Os grevistas voltaram ao trabalho,

de bolsos vazios, desmoralizados e com a opinião pública a lhes xingar a mãe. Já Fernando Henrique ficou bacana na parada porque peitou a CUT, mostrando que quem manda aqui neste Brasilzinho safado ainda é o Exército. Os postos de combustíveis para veículos voltaram a trabalhar normalmente. As distribuidoras dos metanos, responsáveis pelo abastecimento dos fogões das nossas casas, não. Dois pesos e duas medidas; quem brigou por melhores salários levou uma prensa da guarda verde-oliva de sua excelência. Os distribuidores, que sentaram sobre seus bujões para esconder da população, ganharam um aumento. Está consumada a lei da compensação: dinheiro traz dinheiro; a falta, hê, hê, e hê, mais falta. Podemos dizer com orgulho verde-e-amarelo que temos um Robin Hood... só que o nosso age ao contrário do original.

Aristocles Coutinho de Moura Lima
São Paulo/SP

BRASIL
AGORA

CONSELHO EDITORIAL: ALÍPIO FREIRE, EDUARDO SUPRUCY, FRED BERTO, HAMILTON PEREIRA, JOSÉ AMÉRICO DIAS, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, MARKUS SOKOL, MILTON FERREI, MYRIAM ALVES, PERSEU ABRAMO, PLÍNIO DE ABRUDA SAMPAIO, RAUL PONTI, RENATO SIMÕES, RITA FREIRE, VERA GOMES, BRUNO MARANHÃO E ANTONIO MARTINS

DIRETOR: BRUNO MARANHÃO
EDITOR: ANTONIO MARTINS
REDAÇÃO: CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO, MYRIAM ALVES E WILLIAM AGUIAR
DIAGRAMAÇÃO: FÁBIO CIAMBRA
PESQUISA DE FOTOS: IVANILDA ALVES
ILUSTRAÇÃO: MARINGONI
COLABORAM NESTA EDIÇÃO: ANTONIO CARLOS QUEIROZ, FERNANDO CAMPOS, FLÁVIO PACHALSKI, JACOB GORENDER E MOUZAR BENEDITO
JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915

ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES
CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VICENTE PRADO, 134 - CEP: 01321-020 - SÃO PAULO
TELEFONE: (011) 605-5088 FAX: (011) 605-5087

PUBLICIDADE: ELIANA ALVES MORAES

ASSINATURAS

COORDENADORAS: ELIANA ALVES MORAES (011) 605.5090.

ARACARI: ZINAIDE SANDRES (079) 224.2692

Belo Horizonte: ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 ou 222.3811

JOÃO PESSOA: ANA PAULA (083) 322.6747

FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 226.5311

MACEIÓ: MARCELO NASCIMENTO (082) 221.5788

NATAL: MICHELENE (084) 221.5140

RECIFE: MARIA PURCINA (081) 222.1066

RIO DE JANEIRO: PAULO MORANI (021) 262.5863 ou 234.2003

SALVADOR: LUCINEI SOUZA (071) 398.0527

SÃO LUÍS: JOSÉ ARTEIRO (098) 243.1341

TERESINA: ROGÉRIO RIBEIRO (086) 220.2156

VITÓRIA: VANDA LÉCIA VIANA (027)228.4881

BOLETIM NACIONAL

É EDITADO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO PT

BRASIL
AGORA
Assine já

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. ENVIE CHEQUE NOMINAL E CRUZADO À EDITORA BRASIL AGORA LTDA. R. VICENTE PRADO, 134 - BELA VISTA - CEP: 01321-020 SÃO PAULO/SP - FONE: (011) 605.5088. OU DEPOSITE EM NOSSA CONTA BANCÁRIA: BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA 0383-2 CONTA 4408-3. MANDAR COMPROVANTE

- ASSINATURA SEMESTRAL (12 EDIÇÕES): R\$ 30,00
 ASSINATURA ANUAL (24 EDIÇÕES): R\$ 60,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Cep: _____ Fone: _____

Profissão: _____

Cartão de Crédito: Visa Credicard American Express

Número: _____

ESTE CUPOM É DE USO EXCLUSIVO DO ASSINANTE. SUA FINALIDADE É A EFETUAÇÃO DA RENOVACÃO DA ASSINATURA, ESTANDO PÉBIDA SUA REPRODUÇÃO.

Festa do Jornal Brasil Agora

**Dia 4 de agosto,
a partir das 22 horas
Local: Av. Brasil, 820**

**Jd. América - SP
Automóvel Club Paulista
Convite: R\$ 5,00**

**Sorteio de duas passagens
para Cuba**

**Informações pelos telefones:
(011) 605-5087 e 605-5088
com Nilda ou Ana Maria**

EDITORIAL

O ADEUS ÀS ILUSÕES

Na nova fase de confronto: luta contra a MP do arrocho

Quantos companheiros de luta, dirigentes, militantes e ativos participantes da campanha de Lula 94 construíram expectativas e esperanças de que "o governo FHC se voltaria para o social"?

Foram muitos os que de forma equivocada ansiavam por sinalizações desse tipo, através de expressões como: "afinal de contas, o Fernando Henrique sempre foi de esquerda"; "é claro que ele não pode fazer um governo de costas para o povo"; "a aliança com o PFL foi só para ganhar as eleições, depois vocês vão ver". Essa cantilena, inconseqüente ao nutrir falsas expectativas, impediu uma oposição mais decidida de vários partidos de esquerda, inclusive do próprio PT.

Mas a realidade é implacável e mostrou como o novo Fernando Henrique é hoje um simples vassallo da velha direita. Mostrou como o comportamento político da Presidência da República a respeito de temas fundamentais como a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações, a reforma da Previdência Social ou a reforma agrária é claramente anti-popular e anti-nacional. Como a sua conduta repressiva na greve dos petroleiros e o tratamento arrogante e autoritário das manifestações de protesto à sua política neoliberal revelam a sua nova face, conservadora e prepotente.

Finalmente é adotada a medida provisória que suspende a aplicação do IPCr como medida da correção inflacionária dos salários e institui o arrocho salarial no país. É a demonstração mais evidente de que FHC assumiu integralmente uma política econômica de guerra contra os assalariados. Para dar

continuidade ao Plano Real, substitui sem o menor pudor a âncora cambial pela âncora salarial.

Por tudo isso, esses companheiros que nos últimos seis meses alimentaram o sonho de uma possível "crise de consciência" do ex-sociólogo de esquerda, estão sendo chamados pela radicalidade dos fatos a dar um adeus às ilusões.

MUITOS DOS QUE, ENTRE A ESQUERDA, ALIMENTARAM ESPERANÇAS NO GOVERNO FHC ESTÃO REVENDO SUAS POSIÇÕES

E ao contrário do que possa parecer, esse adeus, por parte de segmentos importantes do movimento social, de vários parlamentares e personalidades políticas de esquerda (petistas e não petistas) é um dado novo e ao mesmo tempo de extrema importância para os trabalhadores na conjuntura. Porque aponta para uma ampla reaglutinação de forças do campo democrático-popular, dentro de uma perspectiva de oposição mais combativa frente ao governo.

Esse dado da conjuntura nos permite arriscar que nos próximos meses a tônica do enfrentamento vai ocupar o lugar da negociação, redefinindo um novo perfil para o movimento de oposição ao governo. Essa previ-

são poderá ser testada nos próximos combates políticos que certamente ocorrerão no segundo semestre de 95. Um combate que deverá ocupar um lugar de destaque nessa fase de confronto do projeto democrático-popular contra o governo é a luta contra a medida provisória do arrocho salarial apresentada por FHC.

Esse combate tende a desenrolar um cenário particularmente interessante, porque as datas-bases das campanhas salariais de categorias importantes — como bancários e petroleiros — vão ocorrer nesse período, permitindo a articulação da luta econômica, em defesa do salário, com a luta política contra o arrocho salarial provocado pela medida provisória do governo.

Uma outra questão política a ser destacada no cenário do segundo semestre desse ano é que a medida provisória do arrocho terá dificuldade de aprovação no Congresso. Diferentemente das reformas neoliberais da ordem econômica, que receberam o apoio da esmagadora maioria de deputados e senadores, a votação de uma lei dessa natureza, às vésperas de um ano eleitoral, ameaça com a perda do mandato muitos parlamentares fisiológicos, que não tiveram a menor vergonha de vender seus votos a FHC por "financiamentos" ou cargos no seu governo.

Para manter a qualquer custo a continuidade do seu Plano Real, FHC é obrigado a assumir de forma progressiva medidas antipopulares como a âncora salarial, que por sua vez funciona como um fermento da resistência popular.

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

Jacob Goreneder*

A VOLTA DO ARROCHO

Gregos e troianos concordaram acerca do que era demasiado óbvio: a medida provisória da desindexação só desindexou os salários. Justificativas, críticas e interpretações variaram, mas sobre o fato em si não dava para divergir. Apenas os ministros e seus assessores tentaram encobrir o evidente com a clássica folha de parreira.

A desindexação está dentro da lógica dos planos antiinflacionários e a este respeito tampouco há discussão. Acontece que o governo objetivou algo mais do que uma simples medida de técnica monetária. Tratava-se, para as autoridades de Brasília, de substituir a âncora do real. Ou seja, trocar a âncora cambial pela salarial. A medida provisória avançou nesta direção.

Ao lançar o real, em julho de 1994, o então presidente Itamar Franco colocou a sobrevalorização cambial como fundamento principal do plano de combate à inflação. Associada à abertura indiscriminada do comércio exterior, a sobrevalorização permitiu segurar os preços internos por meio dos preços dos produtos importados ou passíveis de importação. Mas esta manipulação se demonstrou de pernas curtas. A partir de novembro passado, reverteu-se a tendência da balança comercial, a qual, mês a mês, passou a se apresentar deficitária. Agravado pela fuga de capitais especulativos, após a crise mexicana, o déficit comercial vem baixando o nível das reservas de divisas, acumuladas à custa de sacrifícios da população.

O esgotamento das reservas cambiais não pôde ser detido pela elevação das alíquotas das importações e por outras medidas do âmbito alfandegário. Enquanto o dólar for barato, será impraticável impedir o rombo no comércio exterior. O governo deverá desvalorizar o real em cerca de 30%, a fim de que o dólar deixe de ser excessivamente atraente aos importadores.

Sem a contenção da âncora cambial, a inflação do real pode disparar. O governo não quer perder este único trunfo, que tanto contribuiu para a eleição do presidente. O recurso aos juros altíssimos tampouco é sustentável. Os estragos já são muito grandes e a irritação dos empresários preocupa a corte planaltina.

A desindexação funcionou como pretexto para uma reedição do arrocho salarial imposto, em 1964, pela ditadura militar. Não surpreende que a medida provisória tenha sido aplaudida por Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, dois artífices daquela política de triste memória.

Os protestos já suscitados permitem prever a derrota do arrocho. Mas é preciso ir além e conseguir que a estabilidade da moeda seja ancorada numa reforma fiscal que aumente significativamente a tributação sobre as grandes empresas e sobre as camadas ricas. Que elas paguem o que merecem pagar.

*JORNALISTA E ESCRITOR

OPINIÃO
ALON FEUERWERKER*

Tempo de semear

A dura repressão aos petroleiros e a medida provisória dos salários demoliram a porrete as ilusões sobre o que vai pela cabeça do atual governo da República. Em sucessivos textos publicados na imprensa diária, Fábio Konder Comparato, Maria da Conceição Tavares e Paul Singer vêm expondo o desgosto que impregna a esquerda socialista, quando vê um dos seus (?) cumprir com rigor germânico o roteiro dos sonhos da direita.

Estes e outros intelectuais têm sintentizado com sabedoria que:

1. O Brasil está submetido a um governo cujo único "projeto nacional" é adaptar o país aos planos e interesses do capitalismo hegemônico;

2. Este esforço adaptativo exige que se eliminem proteções legais ao trabalho e à produção nacional, que se dê ampla liberdade ao capital financeiro;

3. Um ingrediente indispensável é a fragmentação e enfraquecimento dos sindicatos e de todos os corpos organizados que possam representar risco à lei da selva;

4. A mediação entre governo e povo passa a ser quase direta, organizada pela moeda e pela mídia, sob o olhar passivo de um Congresso anestesiado. Dilui-se a teia da sociedade civil.

Eis o nosso Brasil a caminho da modernidade. Cegamente, loucamente, emocionalmente.

Mas o que fazer?

É sintomático que alguns opositores mais ferozes da opção liberal de Fernando Henrique concentrem o fogo na suposta falta de políticas compensatórias. Não fazem uma crítica global do caminho adotado.

A sensação é de impotência. A inflação baixou e assistimos a um período de crescimento econômico. É muito provável que a concentração de renda — e o desemprego — se agravem, mas a perspectiva de prosperidade funciona como anestésico para os "de baixo". Bêbada de consumo, a classe média lança sua ferocidade contra qualquer ameaça aos status-quo. A oposição é isolada e espancada.

Os que temos por volta de 40 anos já vimos esse filme, ou parecido. Que tal evitar cair novamente no velho catastrofismo? A esquerda ainda transmite a impressão de que espera o fracasso do Real para sair a campo. Enquanto isso, adverte-se o presidente "social-democrata" por sua "falta de uma política social".

Parece óbvio que por este caminho não chegaremos a lugar nenhum. Por que então não tomar coragem e mudar de rota?

Em 1974, por exemplo, a ditadura permitiu a realização de eleições razoavelmente livres, embalada pela ilusão de que quando tudo vai bem o voto vem naturalmente. Aconteceu a segunda maior vitória eleitoral sobre a direita na história do Brasil (Getúlio ainda lidera esse ranking). Quais eram as bandeiras da oposição naquele ano? Contra a concentração de renda e contra a falta de liberdade. Singelo, porém eficaz.

Talvez seja hora de abandonar o "propositivismo" (maldita mania de achar que a tarefa fundamental da oposição é se credenciar junto às elites), unir todos que podem ser unidos, levantar duas ou três bandeiras (emprego? distribuição de renda? escola?) e ir à luta.

Sem sementeira, não haverá colheita.

*JORNALISTA

TERROR E MORTES NO BANCO DO BRASIL

**Direção exige 15 mil demissões
"voluntárias" e agrava clima de tensão,
que já provoca uma onda de suicídios**

No dia 25 de junho a diretoria do Banco do Brasil (BB) reuniu-se em Brasília com uma comissão nacional de sindicalistas e comunicou oficialmente o que já havia vazado pela imprensa. O banco estava lançando um programa radical de demissões "voluntárias", cujo objetivo era excluir, até 14 de julho, 15 mil dos 107 mil funcionários. Os mais visados eram, declarou-se abertamente, os 55 mil "veteranos" no banco: escriturários com mais de 12 anos de casa, caixas com mais de 14 anos e gerentes com mais de 17. Fazem parte do "público alvo", portanto, os líderes das greves que marcaram a história da categoria entre o fim dos anos 70 e o início da década seguinte.

**Índice de suicídios
é quase o triplo do que
a OMS considera
"alarmante"**

Quatro dias antes, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados havia sido palco de uma denúncia insólita. Convocado pela deputada Marta Suplicy (PT-SP), um grupo de funcionários relatou o aumento extraordinário do número de suicídios entre os trabalhadores do BB. No ano passado, contaram eles, foram 14 casos — 30% acima do índice (10 para cada grupo de 10 mil pessoas) que a Organização Mundial da Saúde considera "normal". Em 95, acrescentaram, o número de ocorrências pulou para 13 em apenas seis meses. Mantendo-se a tendência serão 26 até o fim do ano — quase o triplo do "normal".

**Presidente do banco
informa: está aplicando a
política de "enxugamento"
do governo FHC**

O lançamento do Plano de Demissões Voluntárias (PDV), dizem hoje os sindicalistas, marcou o adensamento brutal do clima de tensão que já envolvia o funcionalismo do banco. Antes da nova política, os colegas já eram fustigados pela queda contínua do poder aquisitivo e a sobrecarga de trabalho, provocada pela decisão, antiga, de não substituir os que se demitem ou apo-



Funcionários fazem caminhada contra clima de tensão: garantia de emprego é base da campanha salarial dos bancários

sitam. Depois do dia 25, prosseguem os denunciadores, instaurou-se uma autêntica "caça às bruxas", com pressões diretas de parte das gerências — e em especial da própria direção do banco — para que os trabalhadores se "associassem" à proposta. O

presidente do BB, Paulo César Ximenes, defende-se dizendo que a dispensa em massa faz parte da política de "enxugamento do setor público" comandada pelo governo FHC.

Apontados pela imprensa conservadora como "marajás"

dos serviços públicos, os funcionários do Banco do Brasil enfrentam, na vida real, dramas semelhantes ao do conjunto dos trabalhadores. O mais grave deles atende pelo nome de arrocho salarial. O piso para quem entra é de R\$ 468,30. Após quinze anos

de serviço chega-se a R\$ 925,80. Quem conseguir completar 30 anos alcança R\$ 1.813,50.

**Nos últimos meses,
além das mortes, crescem
a insônia e o consumo
de Lexotan**

Nos últimos meses, o achatamento de salários vem sendo acompanhado por outro fantasma comum no Plano Real: a inadimplência. Milhares de funcionários tornaram-se devedores do banco, e receberam carta-circular para renegociação das dívidas num curto prazo de 60 dias. Os sindicalistas garantem: a insônia passou a fazer parte do cotidiano. O consumo de Lexotan cresceu a olhos vistos.

Para alcançar as 14 mil demissões voluntárias a direção do BB ofereceu "recompensas". Os funcionários com mais de 15 anos de casa ganhavam um salário para cada ano serviço. Até as vésperas do prazo-limite o número de aderentes estava muito abaixo do previsto: ninguém quer atirar-se na onda de demissões que varre o mercado de trabalho.

**Suspeita:
direção estaria usando
dispensas para fazer
negócios escusos**

Os dirigentes passaram então do afago à ameaça. Orientados por cartas-circulares, chefes e gerentes passaram a "aconselhar" a demissão. Argumentavam que quem não saísse agora, com "vantagens", podia perder o emprego logo a seguir, e deixar o banco de mãos vazias. Muitos dos endividados foram pressionados a aderir ao programa de dispensas para saldar o débito com a instituição.

O sindicato dos bancários de São Paulo suspeita ainda que a direção do BB pode estar realizando negócios escusos com as demissões. O banco contratou a empresa DBM — que foi recentemente dispensada pela Autolatina — para realizar cursos de "treinamento e readaptação" para os demitidos ocuparem novos postos de trabalho. Embora envolva a soma de 2 milhões de reais, o acordo foi feito sem licitação.

CÉCILIA LUEDEMANN

O DELICADO FIO DA VIDA

**Sindicato protesta contra clima de terror, que já levou
funcionário a se matar durante o expediente**

Tensionada ao máximo, a vida de treze trabalhadores do BB ficou por um fio e arrebitou. Entre os suicídios por tiro, enforcamento e até ateamento de fogo no próprio corpo, há casos de desespero público. Um funcionário suicidou-se durante o expediente na frente dos companheiros de trabalho. Entre os suicidas havia uma mulher. Perturbada por ter tirado dinheiro do caixa para saldar suas dívidas com o banco, embebeu um cobertor de gasolina, enrolou-se e tocou fogo.

O presidente do Banco do Brasil e o chefe do Departamento de Assistência e Disciplina, Sebastião Fajardo Barbosa, defenderam teses esdrúxulas. Atribuíram a onda de suicídios à "desagregação da personalidade" de pessoas por-

tadoras de "psicose maníaco-depressiva". Um documento entregue pelos bancários à Comissão de Direitos Humanos da Câmara contesta, e relaciona o aumento dos suicídios com a situação econômica. O documento apóia-se numa obra famosa do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), *O Suicídio*. No dia 13 de julho, os bancários de São Paulo fizeram, com apoio de entidades democráticas uma "Caminhada pela Vida", que terminou em missa na Catedral da Sé. Vestidos de preto, em protesto contra as medidas terroristas do governo, a marcha, iluminada pela chama das velas, lembrou as palavras de Carlos Drummond de Andrade: "O presente é tão grande, não nos afastemos, vamos de mãos dadas". (C.L.)

O SINDICALISMO ESTÁ EM CRISE?

O novo livro de Ricardo Antunes afirma claramente que sim - e sugere uma saída pela esquerda

As páginas dos jornais têm sido marcadas, há meses, por uma estranha polêmica. Dirigentes sindicais, inclusive da CUT, sustentam, apesar do evidente enfraquecimento das mobilizações dos trabalhadores, que o sindicalismo brasileiro não está em crise. Intelectuais conservadores argumentam, ao contrário, que a desmobilização é evidente, e que só será resolvida se os trabalhadores aceitarem, de uma vez por todas, a condição de *parceiros* do capitalismo.

Em todo o mundo, as taxas de sindicalização têm caído bruscamente

Lançada há algumas semanas, a obra mais recente de Ricardo Antunes, professor de Sociologia do Trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sugere uma terceira hipótese. O autor de *Adeus ao Trabalho* sustenta, amparado em dados abundantes, que a crise é real. Argumenta, no entanto, que ela existe porque os assalariados deixaram de acompanhar — e de se contrapor eficazmente — às amplas transformações operadas na produção capitalista nas últimas décadas. Os conceitos polêmicos da ordem do dia, como *qualidade total*, *toyotismo*, *polivalência*, *kanban*, *just-in-time*, *qualificação profissional*, são analisados pelo autor *contra* a ótica do capital. As alterações no mundo do trabalho, que segundo a visão predominante asseguram maior participação dos trabalhadores nos lucros e decisões das empresas, versatilidade na execução de tarefas e criatividade no trabalho, em nada alteram, para o autor, a extração da mais-valia. Ao contrário: elas têm possibilitado um aumento gigantesco dos lucros e uma queda brutal dos salários, acompanhada pela diminuição dos postos de trabalho e pelo desemprego.

Em muitos países, os sindicalizados não-manuais já são quase a maioria

Os desafios colocados pelo autor partem da constatação empírica, através de dados estatísticos, da destruição da estrutura sindical pelas atuais transformações no mundo do trabalho, em meio ao esmagamento das históricas con-



LUIZ CARLOS MURASKAS/FOLHA IMAGEM

quistas trabalhistas. Alguns números pesquisados por Antunes, baseados em dados de autores como Jelle Visser, J. Kelly, Leôncio Martins Rodrigues, da OCDE e de matérias jornalísticas, evidenciam a queda das taxas de sindicalização nos países capitalistas avançados a partir da década de 80. A relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada tem decrescido: na Europa Ocidental, em seu conjunto, a taxa de sindicalização reduziu-se de 41% em 1980 para 34% em 1989. No mesmo período, no Japão a queda foi de 30% para 25% e nos Estados Unidos de 23% para 16%. Este decréscimo não encontra paralelo na história do sindicalismo do pós-guerra.

Paralelamente a esta tendência de dessindicalização dos trabalhadores manuais, notam-se avanços na organização sindical dos assalariados médios. Na Europa, em muitos países o número de sindicalizados não-manuais (do setor público e privado) já atinge metade do total de sindicalizados. Esta tendência pode ser verificada também no Brasil, especialmente nos sindicatos dos professores.

As atuais transformações geradas no mundo do trabalho vêm

intensificando, segundo o autor, uma tendência neocorporativista no sindicalismo, que procura preservar os interesses do operariado que ainda tem trabalho estável e exclui o denominado subproletariado, os trabalhadores instáveis, parciais, terceirizados, precários, cada vez mais dispensáveis pela atual etapa da produção capitalista. Além disso, o autor mostra que “ao longo da década de 1980 pôde-se constatar uma diminuição dos movimentos grevistas nos países capitalistas avançados, que por certo advém das dificuldades de aglutinar, numa mesma empresa, os operários ‘estáveis’ e aqueles ‘terceirizados’, que trabalham por empreitada, ou os trabalhadores imigrantes, segmentos que não contam, em grande parte, nem mesmo com representação sindical.” Tal fragmentação vem contribuindo para o aumento de movimentos racistas, xenofóbicos, que dificultam a tomada da consciência de classe dos trabalhadores.

Seguidor da tradição sociológica do tipo Florestan Fernandes, Antunes não fica apenas nos diagnósticos. As constatações dos efeitos das mudanças na esfera do trabalho no âmbito sindical, na sua opinião, são apenas o ponto de partida de uma contra-ofensiva

que a *classe-que-vive-do-trabalho* deve empreender a partir de uma profunda revisão dos métodos de luta do sindicalismo, historicamente deformados pela conciliação de classes, corporativismo, peleguismo e pelo chamado *sindicalismo de empresa*, cria do *toyotismo*. Esta revisão deve ser centralizada na união dos trabalhadores qualificados e produtivos com os desqualificados e semi-produtivos, além da massa de desempregados, o que dará uma maior potencialidade anticapitalista para a *classe-que-vive-do-trabalho*.

No capitalismo, resultado da revolução tecnológica é desemprego em massa

O autor aponta, ainda, para uma questão crucial: a revolução tecnológica — a robótica, a microeletrônica, a automação — e sua relação com o *desemprego estrutural*. Se, de um lado, essa transformação vem fazendo decrescer a quantidade do operariado, por outro aponta para a emancipação do trabalho humano das amarras do trabalho, enquanto fonte exclusiva de obtenção dos meios de sobrevivência. Antunes observa que esta revolução, embora abra perspectivas objetivas para a existência do tempo livre, para a elevação cultural e científica dos trabalhadores do mundo todo, somente será viável se a luta dos trabalhadores convergir para a superação da formação social em que são destruídos: o capitalismo.

Trabalhadores precários e terceirizados: Antunes sustenta, em Adeus ao Trabalho, que o movimento sindical não avançará, enquanto não incorporá-los à luta dos que se dizem “organizados”

Uma ressalva: é preciso questionar a compreensão que Antunes expressa, na apresentação do livro, sobre o trabalho intelectual. Este seria “um dos raros momentos de contraposição” à “desoladora uniformidade”, que, a que se resume, segundo Goethe, o trabalho mecânico e repetitivo executado pela espécie humana. A questão é: em que medida o trabalho intelectual pode ser considerado livre quando ainda há na sociedade divisão entre trabalho manual e intelectual? Em que medida este trabalho também não está vinculado ao salário e às necessidades básicas de sobrevivência?

Autor sugere revisão profunda dos deformados métodos de luta

Por fim, o livro contribui, no campo da Sociologia, para repensar o conceito de classe trabalhadora. Antunes inclui nela, junto com os assalariados qualificados e empregados, os marginalizados pelo capital: os sub-empregados, desqualificados e desempregados. Cria, para isso, o conceito mais abrangente de *classe-dos-que-vivem-do-trabalho*. O livro de Ricardo Antunes deve ultrapassar os limites dos muros acadêmicos e ganhar o conjunto da sociedade, seja nos sindicatos, nas escolas, nas fábricas, nos partidos, nos locais de trabalho rural e nos movimentos sociais de forma geral, respondendo à sua reflexão provocativa: repensar os rumos da *classe-dos-que-vivem-do-trabalho*.

FERNANDO CAMPOS,
SOCIÓLOGO E PROFESSOR

ADEUS AO TRABALHO? —
ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO, DE RICARDO ANTUNES. UNICAMP CORTEZ EDITORA (011-864.0111), 155 PÁGINAS, R\$ 13,00.

UM ANO DE REAL

"ESTÃO FAZENDO O DESMONTE DO BRASIL"

A economista Maria da Conceição Tavares sustenta que o arrocho provocado pela MP-1053 é pior que o da ditadura. E acrescenta: são os movimentos do grande capital externo que comandam cada uma das "reformas" do governo FHC



BRASIL AGORA: Dez dias depois do Real completar um ano a senhora comprou a situação política de hoje à de 64-67. **MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES:** Eu disse apenas que o ímpeto reformista das elites é o mesmo, e as reformas também têm o mesmo sentido. Trata-se agora de recauchutar as reformas conservadoras daquele período. Mas há algumas coisas que parecem mais do Estado Novo. O papel dos sindicatos, o intermediador do governo... Ou o papel da imprensa, que mesmo na época da ditadura era mais simpática às causas populares.

"As dívidas estão atreladas à TR. Os fazendeiros não pagam e sobra, no final, para os assalariados"

BA: O arrocho dos salários não se parece com o que o Delfim impôs, em 83? **MCT:** É muito pior. Para certas coisas vale a pena ler o Sérgio Buarque de Hollanda nas "Raízes do Brasil". Bacharel senhorito é fogo! O Delfim deixou pelo menos o salário indexado. Esse arrocho é sem precedentes. Ao mesmo tempo que congela os salários, deixa a TR como indexador para contratos como o das casas populares ou das dívidas agrícolas. É coisa de maluco, porque a TR vai estourar os devedores. E há uma coisa: no final, os grandes agricultores não pagam, mas ninguém perdoa a dívida da pequena classe média. O regime autoritário, teve ao menos o

cuidado de separar dois mercados imobiliários: um, do BNH, com taxa de juros baixa. Hoje a taxa é a mesma, e se fala em abrir, para a classe média alta, empréstimos em dólar para habitação. Ora, nós vamos cair na mesma brincadeira da Argentina, vamos nos endividar em dólar. Por enquanto o dólar está baixo agora, mas logo depois dá um bode que você nem imagina.

"Os trabalhadores que têm sindicatos fortes resistem. Os 80% restantes, afundam com certeza"

BA: Além de penalizar os assalariados, que tipo de consequência, a desindexação pode provocar para o conjunto da economia? **MCT:** Eu vejo um mercado cada vez mais restrito, há diferenciação muito grande entre os próprios trabalhadores. Se você observar uma série estatística longa, a partir de 83, verá que os salários das grandes empresas, dos empregados da Fiesp, acompanham o ciclo. Se a economia cresce, eles acompanham e vice-versa. Mas desde 83 começa a surgir um rombo. Quem gravita no mercado informal, em torno do salário mínimo, vai afundando. Surge uma brecha maluca entre 80% dos trabalhadores, desprotegidos, e os 20%, que têm alguma proteção, inclusive porque trabalham nas grandes empresas. Há ainda outra brecha entre todos os

assalariados e os rentistas. Isso faz com que as ondas de consumo sejam muito curtas, espasmódicas e dependentes do consumo da classe alta. Eu acho que o mais provável é que eles afundem numa recessão.

BA: A senhora acha possível um cenário semelhante ao da Argentina? **MCT:** Honradamente, acho. Gostaria de não achar. Mas pode haver inclusive uma combinação Argentina-México. Não agora. Lá para o fim do ano, para março do ano que vem, quando as contas começarem a ser cobradas. A balança comercial está deficitária há oito meses e o Gustavo Franco, diretor da Área Externa do Banco Central, diz que não tem importância, porque as importações estão sendo financiadas pelo capital externo. Ora, o próprio Mário Henrique Simonsen perguntou: "Ué, mas pretendem pagar, não pretendem?"

"O dólar baixo está desmontando a indústria. O ABC vai levar pancada"

O argumento do governo é cinismo. Como vamos pagar as importações, daqui a um ano nós teremos problemas graves. Eu não estou prevendo uma crise explosiva ao longo desse ano. Estou prevendo desemprego em massa. Estatisticamente, não estamos em recessão, nem estare-

mos até o final do ano, porque houve um crescimento muito expressivo no primeiro trimestre. Mas estamos na desaceleração do ciclo, tendendo, a partir do fim do ano para uma depressão. E o governo não corrigiu a distribuição de renda — ao contrário, afundou os de baixo — e mergulhou a classe média nas dívidas... Então a tendência recessiva aparece com nitidez. Fica como a Argentina: inadimplência, crise financeira, endividamento em dólar.

"Não temos política industrial nem agrícola. É uma política de abertura à galega"

No lado cambial, o déficit está sendo financiado por capitais de curto prazo. Quando ficar claro que há perigo de uma desvalorização cambial mais séria, o país vai enfrentar uma crise, como houve no México. Pior do que isso, o dólar muito baixo está desmontando a indústria. Vai deslocar: o ABC, por exemplo, vai levar pancada, porque a guerra fiscal vai levar uma indústria para o Rio, outra para Minas... E tende a haver importação de autopeças. Por que produzir aqui se é muito mais barato lá fora e se o mercado está aberto? **BA:** O governo garante não há risco de desindustrialização, porque a taxa de in-

vestimento tem aumentado. Estaria ocorrendo apenas uma especialização da economia.

MCT: A desindustrialização não se mede pela taxa de investimento, mas pelo valor agregado no país sobre as importações. E ele está caindo brutalmente. Antes da abertura, quanto a gente importava para construir um automóvel brasileiro? Quase nada, produzia tudo aqui: minério, aço, plásticos, montagem. Agora, importam-se autopeças. O índice mínimo de nacionalização na indústria automobilística baixou de 80% para 60%, e agora já não há mais regra alguma. Importa-se o que quiser. A indústria de autopeças não agüenta. No caso da agricultura é a mesma coisa. Trator, adubos, fertilizantes: era tudo produzido aqui. Agora, começa-se a importar. O preço é baixo, o crédito, baratíssimo.

"No segundo semestre, vai ser uma brabeira. O capital externo está de olho na Previdência e nos bancos"

Eu acho que a idéia deles de especialização é vaga. Não há uma política industrial ou agrícola para a determinação dos preços. Está-se ajustando à galega, seguindo apenas as regras do mercado. É a chamada operação-desmonte. Delfim Neto dizia que ia fazer crescer o bolo para distribuir depois. Não distribuiu nada. E esses meninos, estão fazen-

do o quê? Estão desmontando o bolo. O que me preocupa é que a direita, está dizendo estas coisas e os tucanos não falam nada. Ficaram todos neoliberais! Isso não é reforma, é contrareforma.

"O desmonte da sociedade aumenta a barbárie, ao invés de aproximar o socialismo"

BA: Que tipo de iniciativas políticas a senhora espera do governo no segundo semestre? **MCT:** Pode marcar o que eu te digo: a próxima operação vai ser a reforma da Previdência e talvez os bancos. Querem abrir estes setores ao capital estrangeiro. Por que querem a reforma da Previdência? Você acha que eles estão preocupados com o déficit que vai surgir daqui a 30 anos? É claro que não! A reforma prevê a formação de fundos de previdência privada, para os trabalhadores que ganham acima de cinco ou dez salários mínimos. Essa é, em todo o mundo, uma das operações mais importantes para onde se dirige o grande capital. Porque tirando telecomunicações e fundos de pensão, macacos me mordam se eles estão interessados em outra coisa.

Fala-se muito em atrair capitais. Mas atrair para onde? Para a energia elétrica, onde não resolveram o problema das tarifas? O petróleo também é um pouco complicado. O filezão, o instantâneo é a previdência privada.

"Eu quase entrei em atrito com o Roberto Freire. Ele queria me explicar a globalização..."

A segunda coisa que pode ocorrer, para acabar de globalizar de uma maneira estável, orgânica, é abrir os bancos. A única coisa que está se expandindo no mundo são as aplicações financeiras, os fundos de pensão, as securitizações, os mercados de derivativos. Fora isso, só as telecomunicações e, em petróleo, algum negócio bom. No petróleo, ainda dá para negociar algum esquema tripartite. Mas telecomunicações, fundos de pensão e bancos, não: a malta vai querer. O segundo semestre vai ser uma brabeira.

BA: A nível internacional, a situação aparentemente favorece as elites. Depois de dois anos, as taxas de juros caíram nos EUA, e as empresas brasileiras têm captado dinheiro no exterior. Isso dura? **MCT:** Meu amor, eu não sei quanto tempo vai durar, mas as coisas estão cada vez mais complicadas no

mundo. Há a recessão japonesa e a crise comercial entre Japão e Estados Unidos. É evidente que vão querer multiplicar mercados de derivativos nas áreas da chamada periferia capitalista. Mas a questão é: E daí, a gente agüenta? O México agüentou, a Argentina agüentou? Não agüenta!

O problema é que eles estão eufóricos. Num debate recente sobre a Previdência, o André Lara Rezende propôs: "Vamos adotar o modelo chileno". Todo mundo que entende de previdência, inclusive o Banco Mundial e o BIRD, sabe que é o pior modelo. Ele não, é da área financeira, está pouco se lixando para as consequências sociais, ou não sabe ou faz de conta. Portanto, há não só interesses como porta-vozes desse interesses aqui dentro.

Por outro lado, a briga do governo continua igual. Cada um representa interesses diferentes: o Malan concorda com o Franco, quer abrir. Fizemos a desregulamentação financeira muito abruptamente. Começamos por ela, e a comercial ainda está toda por regular, não tem lei antidumping, proteção econômica, nada, de modo que nós estamos muito expostos. O grau de estrago e de desmonte pode ser muito grande. Eu, muitas vezes acordo de madrugada, na hora do lobo, e penso: "Mas não é possível, eu cheguei ao Brasil em 54 e nunca vi isso".

Nós temos dois desafios. Um é de longo prazo: como juntar os cacos que este governo vai deixar? Dois: como resistir

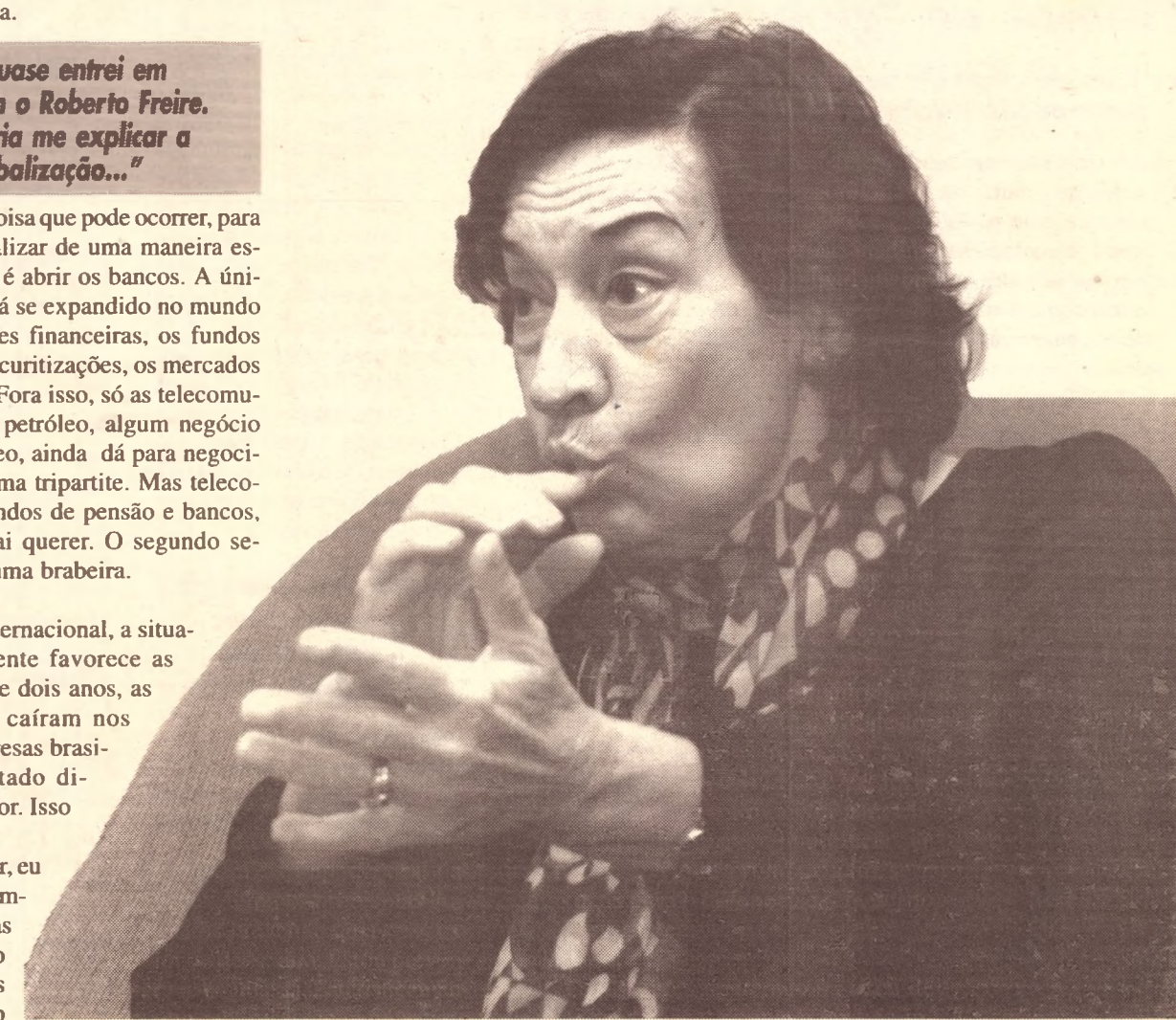
agora, este ano, ao desmonte. Para essa resistência eu faço aliança com o diabo, nego. A nossa obrigação é resistir ao desmonte físico do aparelho produtivo. Não é por nacionalismo beato, porque viramos protecionistas, não é nada disso. É que o desmonte da sociedade aumenta a barbárie, ao invés de aproximar o socialismo.

"São Paulo é fogo. Como o mercado é muito importante, acaba atraindo a própria esquerda"

BA: O problema é que setores da própria esquerda parecem ter passado do apoio acrítico ao "socialismo real" à adesão também acrítica ao capitalismo neoliberal. **MCT:** Mas isso é evidente. Outro dia eu quase entrei em atrito com o Roberto Freire, numa festa na casa do Duplicy. Ele avisou que caiu o muro de Berlim e eu respondi: "Não me diga". Ele queria me explicar a globalização...

Mas o problema é mais grave em São Paulo. Essa idéia da locomotiva está me enchendo a paciência. O Rio é uma cidade de dimensão mais nacional. Como o mercado aí é muito importante, acaba atraindo setores da própria esquerda. É a isso que temos de reagir. Façam o favor de mandar a porcaria do jornal de vocês para todo o Brasil!

ENTREVISTA A
ANTÔNIO MARTINS



CUBA NA ENCRUZILHADA

Um repórter brasileiro acompanha durante um mês o esforço de um povo que se vira contra a crise como pode — mas recusa-se a engrossar a manada neoliberal

Cuba tem sido citada pela direita mais retrógrada e metida a moderninha como um exemplo para a esquerda brasileira: lá, dizem, abriu-se a exploração de petróleo à iniciativa privada, e se está privatizando tudo. Depois de passar o mês de junho no país de Fidel Castro, estou convencido de que tanto o conselho da direita quanto seus argumentos são falsos.

Cuba é um país pequeno e com poucos recursos naturais. Não tem rios com volume e queda que permitam a construção de hidrelétricas, nem carvão mineral. A fonte de energia praticamente exclusiva é o petróleo — até o momento escasso. Acostumado a receber do “bloco socialista” o combustível de que precisava, em troca de produtos como o açúcar, o país se viu,

nos últimos anos, abandonado. Precisava desesperadamente de petróleo e não tinha meios para explorar nem importar. Associou-se a empresas multinacionais em contratos de risco. Mas são contratos muito claros, que estabelecem oportunidades de lucros temporários aos capitalistas, mas jamais entregam a eles o controle das riquezas do país.

Também não está em curso um processo de “privatizações”. Com o fim do “bloco socialista”, Cuba deixou de receber em troca de seu açúcar, seu tabaco e alguns minérios, muitas matérias-primas de que precisa para suas fábricas. É o caso do algodão e fios sintéticos que vinham do leste europeu e abasteciam as fábricas de tecidos. Com o fim do abastecimento, uma fábrica de Santiago de Cuba, por exemplo, que tem capacidade para

mais de 100 milhões de metros quadrados de tecido por ano está produzindo uma mixaria. A falta de petróleo e matérias-primas paralisou inúmeras fábricas. Os trabalhadores não foram demitidos: Cuba reconhece que eles não são culpados pelos problemas da economia. Parados, permanecem ganhando 60% do salário normal até voltarem ao trabalho, quando a situação se normalizar.

As fábricas pararam, os operários não foram demitidos, pois não são a causa da crise

O governo cubano considera que o país precisa associar-se a empresas capitalistas que ponham as fábricas para funcionar novamente, entrando com a matéria-prima, combustível e conhecimento técnico. As vantagens que se oferecem são muitas para uma multinacional: 1. Não é preciso construir as fábricas, que já estão prontas; 2. Há mão-de-obra bem formada e — no caso de precisar se adaptar a novas tecnologias — com enorme facilidade de aprendizagem. Quase toda a população economicamente ativa — 4,3 milhões de pessoas — tem um segundo grau bem feito, e há 500 mil pessoas com diploma universitário, num país de 10,5 milhões de habitantes; 3. Há um mercado de consumo garantido e Cuba é, brinca o vice-ministro de Investimentos Estrangeiros e Cooperação, Miguel Figueras, o único lugar do mundo em que não se tem que enfrentar a concorrência norte-americana...

Governo oferece vantagens às multinacionais: matérias-primas e conhecimento técnico

Empresas de vários países — principalmente canadenses, mexicanas e espanholas — toparam a parceria. Associaram-se com 49% do capital e estão tocando as fábricas que estavam fechadas. Os canadenses, por exemplo, estão explorando e beneficiando níquel, que tem sua maior reserva mundial em Cuba.



FOTOS: MOUZAR BENEDITO

No forte colonial erguido diante do porto de Havana, permanece o símbolo: os cubanos impõe limites severos ao capital estrangeiro. Nas ruas do centro histórico, no entanto, turistas e executivos ocidentais convivem com crianças que pedem “um dólar”. Numa fachada da Praça da Revolução permanece a imagem do Che Guevara, que há duas décadas alertava contra o atrelamento ao “bloco socialista”

Em uma viagem pelo Brasil, à procura de associados, o ministro Ernesto Melendez, dos Investimentos Estrangeiros, discutiu com vários empresários, na Associação Comercial de São Paulo, as possibilidades de investimento em Cuba. Deixou claro que Cuba não é um país em trânsito para o capitalismo. Milton Cabral, executivo da Souza Cruz — uma das primeiras empresas sediadas no Brasil a se associar com uma estatal Cubana — concorda com esta análise. “Quem vai a Cuba”, diz ele, “percebe a clara necessidade de investimentos. Mas para fazer negócios é preciso saber que o país

não está à venda”. As negociações da Souza Cruz com o governo cubano começaram em março de 1993 e só foram concluídas dois anos depois. “porque a empresa é regida pelas regras capitalistas e o país é e quer continuar socialista”, frisa Cabral.

Há ressalvas à opção pelo turismo: O centro de Havana, por exemplo, já está transfigurado

Hoje já se fala em mudar a legislação cubana, para permitir uma participação majoritária do capital privado internacional. Não

Vítimas de “globalização”

Por trás da crise de hoje está o descuido com a produção nacional, durante décadas

Muito antes do capitalismo, o antigo “bloco socialista” promoveu sua própria “globalização”. Cada país se especializava naquilo que podia fazer melhor. Cuba produzia açúcar, por exemplo, e não precisava produzir petróleo (farto na União Soviética), ferramentas (especialidade búlgara), maquinários (que vinham da Checoslováquia) ou automóveis (da Polónia).

Mas veio o fim da URSS e a virada do leste europeu. Cuba, que não seguiu a manada, foi entregue aos leões. Os Estados Unidos aproveitaram e reforçaram o bloqueio comercial, e foi aí que começou a faltar tudo, ou quase tudo o que o país deixou de produzir porque acreditou nessa globalização. Hoje os cubanos tentam recuperar o tempo perdido — mas leva tempo para construir um parque industrial, explorar e refinar petróleo, desenvolver as culturas agrícolas que foram abandonadas.

Isso devia servir de exemplo para os “nossos” globalizantes: se o país começa a dominar só uma parte do processo industrial (por exemplo, um produto é semi-fabricado no exterior e acabado aqui e vice-versa), ou se especializar num número restrito de setores, fica nas mãos das economias que controlam o processo de globalização. Se um Brasil globalizado desobedece as ordens dos Estados Unidos, pronto! Param de comprar o que o Brasil produz e de vender o que precisa. Aí vai ser uma beleza: será que teremos, como os cubanos, fibra para agüentar a pressão internacional e a escassez até de alimentos?

É claro que o Brasil não é tão especializado como Cuba, nem tão pequeno, nem tão carente. Mas se deixar por conta dos FHCs da vida... Seria bom que alguns petistas outrora genuínos pensassem um pouco nisso em vez de embarcar com tudo nessa “modernidade”. (M.B.)



se sabe ainda como será isso, nem que tipo de controle haverá. As autoridades insistem que não vai ser prejudicial ao país e nem ao socialismo.

No campo, 3 milhões de hectares estão sendo transferidos do Estado para novas cooperativas

Desde que acabou o "bloco socialista", Cuba tem concentrado esforços no desenvolvimento do turismo. Espera obter os dólares necessários a retomar as importações indispensáveis. Há, no entanto, ressalvas quanto a esta opção.

Nas regiões de Havana mais frequentadas pelos turistas, como o centro histórico, tombado pela Unesco como patrimônio da humanidade, o turismo já mudou muitas coisas. Hoje há barracões vendendo desde bugigangas até ótimos trabalhos artísticos, inclusive na praça da Catedral. Além disso, os turistas são abordados por adultos querendo vender charutos ou PPG, um remédio para colesterol, que tem também efeitos afrodisíacos. Há crianças — que nunca estão descalças, nem mal-alimentadas — pedindo "um dólar". Também há prostituição, o que incomoda muito os cubanos.

O governo argumenta que não tinha escolha. Após o desmantelamento da URSS, o PIB caiu de 20 para pouco mais de 12 bilhões de dólares, em quatro anos. O turismo é responsável pela entrada de 1 bilhão de dólares ao ano. Em parte às custas dele, o PIB estabilizou-se e até cresceu um pouquinho, em 94.

"Não se sabe para onde vamos, mas sabemos bem o que não queremos"

Os esforços contra a crise incluem mudança na propriedade da terra. Além de não produzir muitos alimentos (também comprados do leste europeu), Cuba ficou sem tratores, parados por falta de combustíveis. Voltou-se aos arados puxados por bois. A produção do açúcar caiu de 8 milhões de toneladas para 3 milhões. Começaram a escassear até alimentos básicos que o governo tinha que fornecer obrigatoriamente através da "libreta" de racionamento. Como nem toda terra estava estatizada, os pequenos lavradores passaram a vender o que produziam no câmbio negro, a preços altíssimos.

A opção adotada de um ano para cá foi transferir parte das terras estatais — 3 milhões de hectares — para 2.850 novas cooperativas que se formaram. Há 270 mil trabalhadores cooperativados. A meta do governo é chegar a 4 mil cooperativas, ficando 90% da produção agrícola nas mãos delas e de produtores individuais, que podem vender parte da produção diretamente aos consumidores. O câmbio negro acabou e os preços baixaram bastante.

É difícil saber para onde vai o socialismo cubano. Mas quem anda pelo país percebe muitas coisas. Uma delas: Fidel continua popular. Outra: a população quer alguns "bens" não produzidos na ilha, que os apressados dizem ser possível só no capitalismo. Mais outra: apesar de quererem esses bens, eles — em geral — não querem a volta do capitalismo. A impressão que dá é que o socialismo cubano vai mudar, de maneira diferente do chinês. Como, não sei. Mas parece (e espero não queimar a língua) que a volta do capitalismo mesmo é muito improvável, que Cuba resistirá. Uma frase dita por um cubano sintetiza tudo isso: "podemos não saber bem o que queremos, mas sabemos muito bem o que não queremos: voltar a ser o cabaré dos Estados Unidos".

MOUZAR BENEDITO, JORNALISTA E ESCRITOR

TEMPOS DIFÍCEIS

A escassez obriga os cubanos a sacrifícios e concessões — mas não é capaz de derrubar a mobilização e o bom humor

DE DOIS ANOS PARA CÁ, a posse de dinheiro estrangeiro tornou-se legal em Cuba. Desde então, os cubanos podem comprar mercadorias também em dólares. Há hoje no país cerca de 900 lojas que só vendem nessa moeda, para cubanos ou turistas. Boa parte dos dólares que circulam no país vêm dos parentes que moram fora, principalmente em Miami.

UM MÊS DE GREVE dos petroleiros fez parecer que o Brasil ia acabar. Imagine um país bloqueado, quase sem ter como comprar petróleo desde 1989 (Gorbachev já pressionava) e principalmente depois de 1991, quando a URSS se converteu de vez ao capitalismo. Os ônibus são poucos e lotados. Milhões de pessoas andam a pé ou de bicicleta. Um detalhe: com todos esses problemas, não se sente no país um clima de baixo astral. Mesmo quem está andando quilômetros a pé ou de bicicleta tem um ar que não parece em nada com o dos brasileiros — que parecemos estar mais incertos do futuro do que eles.

OS AUTOMÓVEIS PARTICULARES TÊM uma quota de 20 litros de gasolina por mês. Acima da quota, só com pagamento em dólares. Muita gente transforma seus carros em táxis meio clandestinos, para turistas. Cobram mais ou menos a metade (em dólares) dos táxis oficiais.

INSPIRADOS NUMA NOVELA BRASILEIRA, muitos cubanos passaram a servir comida em casa, para cubanos ou turistas. Esses restaurantes, chamados "paladares", foram legalizados em junho. Também estão sendo legalizadas muitas outras atividades autônomas. Há um ano, havia 40 mil trabalhadores por "conta própria". Agora já são 162 mil e até o fim do ano devem chegar a 250 mil. Eles não podem ter empregos, é uma atividade da família.

O CÂMBIO NEGRO DO DÓLAR EXISTE, mas para o turista pouco interessa, pois estrangeiros têm que pagar tudo em dólar. No câmbio oficial, a cotação do dólar é um peso cubano. No para-

lelo, chegou a 140, no auge da crise. Está em 35. A moeda cubana que tem grande procura por estrangeiros é a de 3 pesos (moeda mesmo, ou cédula). Motivo: ela traz a figura de Che Guevara.

UMA FONTE DE RENDA INTERESSANTE para Cuba é o "turismo médico". O país é referência mundial em algumas especialidades — como o vitiligo. Hoje, a Cubanacan, uma empresa de turismo de capital misto, já tem clínicas em várias partes do mundo, inclusive em São Paulo. Outra área que ganha força é a ortopedia. Há casos de paraplégicos que conseguiram voltar a andar depois de cirurgia e dois ou três anos de tratamento. A Cubanacan tem pacotes para esse tipo de "turismo médico", incluindo passagens, estadia e tratamento.

O DISCURSO DO GOVERNO BRASILEIRO em relação a Cuba tem sido interessante. Desde o tempo da "Nova República", os votos do Brasil na ONU têm sido contra o bloqueio imposto pelos EUA. Mas isso não significa apoio contra a crise. Antes do fim da União Soviética, o Brasil tinha um comércio de 200 milhões de dólares por ano com Cuba. Caiu para a metade.

HÁ TRÊS ANOS, HAVIA 150 EMPRESAS ESTRANGEIRAS associadas com Cuba. Hoje são mais de 600. Mais de duzentas empresas norte-americanas já mandaram executivos a Cuba para examinar as possibilidades de investimentos. Por enquanto, o governo norte-americano não permite.

QUANDO PERCEBE QUE O TURISTA É BRASILEIRO, quase todo cubano puxa assunto sobre o mesmo tema: novelas. Gostam do nosso sotaque e adoram as novelas da Globo, desde a "Escrava Isaura". Ultimamente estava passando "Vale Tudo". O executivo da Souza Cruz que fez as negociações para associação com Cuba recomenda, brincando, que quem for fazer negócios se informe sobre os finais das novelas. Assunto de todos os escalões. (M.B.)



BOLETIM NACIONAL

PT ENCARA A LUTA NO CAMPO

Encontro nacional diagnostica crise no campo e decide promover mobilizações

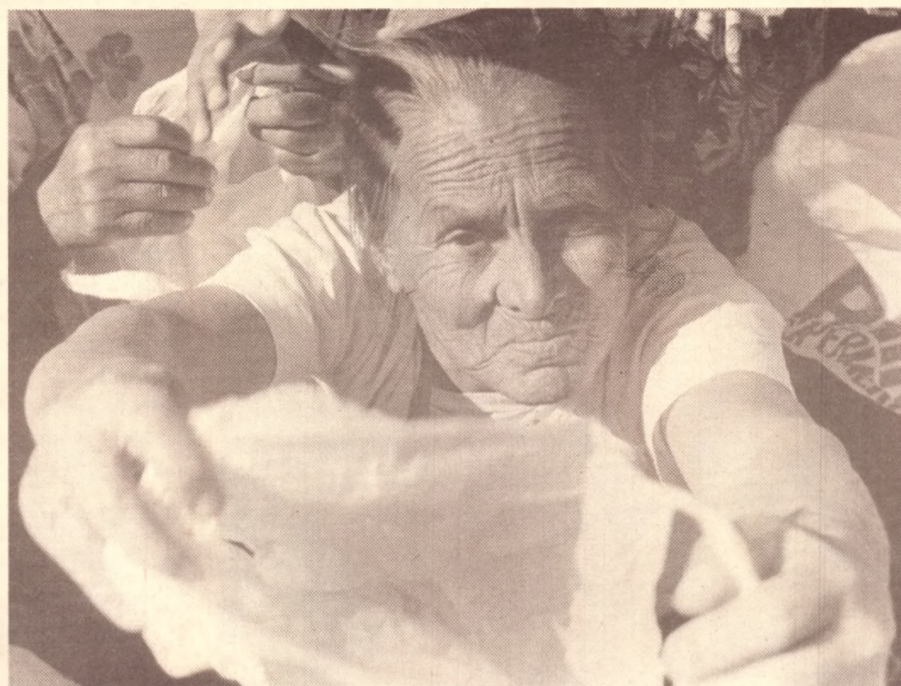
Está na hora de unir os pequenos e médios produtores rurais contra a política de destruição da agricultura do governo FHC. Esta é a conclusão a que chegaram dirigentes do Movimento dos Sem-Terra, parlamentares e dirigentes do PT, reunidos dias 2 e 3 de julho, em Brasília, num seminário para definir uma estratégia de luta contra a crise no campo.

A análise da situação do setor, apresentada na reunião, formou um quadro tenebroso: mais de 90% dos proprietários de terras (pequenos e médios) sofrem a ausência de políticas públicas capazes de garantir sua viabilização socio-econômica. Segundo dados do INCRA, existem hoje cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas localizadas em grandes propriedades rurais. Em contrapartida, os produtores em estabelecimentos com até 100 hectares são responsáveis por 43% da laranja, 69% da batata, 79% do feijão, 64% do milho, 49% do leite, 81% dos suínos e 85% da mandioca produzida no país.

Os números sobre as condições de

vida no campo são ainda mais impressionantes. Dos domicílios em área rural, 92,5% não possuem fossa séptica. De acordo com pesquisas da Contag, 67% dos agricultores nunca receberam qualquer informação sobre o risco dos agrotóxicos e 73% dos habitantes da área rural enquadram-se em níveis de renda inferiores à linha da pobreza.

O drama dos pequenos: A falência do conjunto dos instrumentos de política agrícola, associada à plena liberalização das importações expôs os produtores aos limites de sua resistência. Com FHC ministro e Presidente, a transferência de renda do setor, principalmente para os bancos, alcançou patamares recordes: de fevereiro de 94 a abril de 95, enquanto a TR, mais os juros do crédito rural atingiram a variação acumulada de 1.139%, o preço da soja variou 407%; o do milho, 339% e o do trigo, 730%. No que tange à carga tributária, estudos do IPEA demonstram que somente em impostos indiretos (ICMS, PIS, CONFINS) os produtores agrícolas são



Governo ataca produção rural: miséria no campo e na cidade

MAURO GONÇALVES/IMAGENS DA TERRA

onerados em 17% aproximadamente. Na somatória geral dos impostos, taxas e contribuições, seu ônus fica entre 25 e 42%.

Desmonte da produção: Gerson Teixeira, assessor da Comissão de Agricultura da Câmara, afirma que a agricultura tem servido como âncora econômica do processo de estabilização da moeda e como âncora política do governo. "Com o congelamento dos preços dos produtos da cesta básica, FHC vem conseguindo a indiferença da população ao seu projeto de desmonte do Estado e dos setores produtivos da economia brasileira."

Na avaliação de Teixeira, a crise atual da agricultura é seguramente a mais grave de toda a história do país. "Caso não sejam revertidos os fatores determinantes

da crise, o violento processo de êxodo do campo associado à fragilização dos segmentos econômicos remanescentes, resultará, em curto prazo, num estragamento da economia com repercussões políticas e sociais imprevisíveis."

A estratégia de luta traçada pelos deputados e dirigentes petistas reunidos em Brasília, após a avaliação desse cenário, passa por estreitar a relação dos parlamentares com os movimentos sociais. Tarefa número um: articular, potencializar e apoiar a jornada de lutas populares que será desencadeada com as manifestações do dia 25 de julho, Dia Nacional do Trabalhador Rural, e culminará com o Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro.

Partido homenageia Zumbi

Um dos objetivos é desmascarar o mito da "democracia racial"

Este ano, o 10º Encontro Nacional do PT faz uma homenagem ao líder negro Zumbi, por ocasião dos 300 anos de sua morte. A proposta partiu do Coletivo de Negros e Negras do PT e foi assumida pela Comissão Executiva Nacional. Todo o material do Encontro — Caderno de Teses, cartazes etc — reflete homenagem. A idéia foi bem aceita, principalmente depois que o Seminário Nacional de Movimen-

tos Populares, realizado em abril, apontou uma necessidade urgente: o partido precisa voltar às bases e fortalecer o elo com o movimento social.

A direção não só aprovou que o 10º ENPT seria dedicado à imortalidade de Zumbi, mas que o partido deveria engajar-se nas comemorações na sociedade, nas quais negros e negras, juntos, colocam abaixo alguns mitos como, por exemplo,

o da "democracia racial" — idéia de que no Brasil não existe racismo e que, portanto, os negros têm as mesmas chances que os brancos. Segundo Flávio Jorge R. Silva, membro da Soweto Organização Negra, a história do Partido dos Trabalhadores está intimamente ligada à luta de Zumbi por condições de vida e trabalho.

A resistência no Quilombo dos Palmares (o mais importante de todos) durou em tor-

no de 100 anos (1595 a 1695) e, de acordo com o relato de pesquisadores, contribuiu para a formação de uma convivência entre negros, índios e brancos marginalizados. A luta dos negros e negras contra o preconceito e a discriminação racial não terminou com a morte de Zumbi dos Palmares. O PT é a continuação da resistência negra que, a exemplo de Palmares, propõe uma sociedade sem opressão e discriminação de raça.

VAI ÀS RUAS DEBATE SOBRE MP E REFORMA

Petistas da direção nacional da CUT e a Comissão Executiva Nacional realizaram a primeira reunião, dia 10 de julho, para a criação do Fórum de Sindicalistas do PT, conforme proposta debatida no encontro da CEN com petistas da Federação Única dos Petroleiros.

Os dirigentes petistas resolveram agilizar a criação do Fórum durante uma reunião anterior (3 de julho), com a participação dos presidentes do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e da CUT, Vicente Paulo da Silva. O Fórum terá a responsabilidade de "articular as lutas do movimento sindical com a perspectiva de ampliação para um Fórum dos Movimen-

tos Sociais", informa o secretário geral nacional do PT, Gilberto Carvalho.

No dia 3, participaram da primeira reunião formal do Fórum o segundo vice-presidente nacional do PT, Aloízio Mercadante, Gilberto Carvalho e a secretária sindical nacional do PT, Vera Gomes. Pela CUT, participaram a secretária nacional de políticas sociais, Sandra Cabral, o primeiro secretário, Marcelo Sereno e o tesoureiro, Remígio Todeschini.

Arrocho e inadimplência: O combate à Medida Provisória da Desindexação terá como eixo a questão salarial e a luta pela liberdade e autonomia sindical. A MP pro-

põe a negociação por fábrica e não por categoria, além de impedir que os direitos coletivos sejam incorporados aos direitos individuais dos trabalhadores. O Fórum deverá ainda centralizar o debate com os trabalhadores, através de plenárias e assembléias, priorizando discussões sobre juros, inadimplência, Previdência, a Reforma Fiscal e Tributária e a situação dos serviços públicos.

No calendário de mobilizações da CUT, o dia 25 de julho — Dia do Trabalhador Rural — terá ampla participação do PT em todos os municípios onde forem realizados atos públicos. Em 23 de agosto serão realizadas as Marchas em

Defesa do Emprego e Salário. O 7 de Setembro será dedicado às manifestações pelos excluídos e deverá ter a participação, além do PT, da CUT e outros partidos, de outras entidades da sociedade civil.

Em meio a essas mobilizações, o Projeto de Reforma da Previdência e o da Reforma Fiscal e Tributária, elaborados pela bancada petista serão debatidos com a população com o objetivo de serem apresentados como Iniciativa Popular de Lei. O PT, segundo Gilberto Carvalho, prepara para o início de agosto o lançamento de uma campanha publicitária para popularizar essa iniciativa.

"A ESQUERDA PERDEU A DIMENSÃO DA ÉTICA"

Apontado pelo Datafolha como "o pior governador das capitais", Cristóvam Buarque fala sobre sua gestão e polemiza com os rumos dos partidos populares

O Datafolha publicou no final de junho uma pesquisa avaliando a popularidade de 12 governadores estaduais. O petista Cristóvam Buarque, do Distrito Federal, aparece na lanterninha, com a maior taxa de rejeição (33%). Com esse gancho, o **Brasil Agora** resolveu entrevistá-lo. Cristóvam se recusou a comentar o resultado apurado pela sondagem. "Isso é tarefa para especialistas", diz, acrescentando: "Um governo nítido, do PT, sempre enfrenta recusa de parte da população. Eu estou preparado para, até o final de meu mandato, ser considerado ruim ou péssimo por uma porcentagem da população do DF".

"Bolsa Escola chegará a 30 mil famílias carentes, já em 96"

BA: O que está fazendo o pior governador do Brasil?
Cristóvam Buarque: (Bem humorado, o que nenhum governo anterior tinha. No que se refere à "revolução nas prioridades", o objetivo central, a preferência governador dá uma risada, satisfeito com a provocação que, a bem da verdade, ele mesmo sugeriu) Este governo tem três objetivos principais: reinaugurar Brasília, promover uma 'revolução nas prioridades' e introduzir uma maneira nova de governar. Com relação à primeira prioridade, estamos implementando programas de incentivo à industrialização, através da redução de alíquotas de impostos; criação de novas áreas para atividades industriais e comerciais; financiamento dos pequeníssimos empresários; definição de uma política prioritária, que deste governo é com a Educação. É no Distrito Federal que tem origem o programa que hoje começa a tomar diversas áreas do Brasil inteiro — o "Bolsa Escola" ou "Bolsa-Educação", pelo qual vamos fazer com que nenhuma criança seja obrigada a ficar fora da escola para sobreviver.
BA: Como funciona esse programa?
CB: Garantimos um salário mínimo a cada família carente que

mantenha os filhos na escola. Já estamos beneficiando 1.783 famílias e esperamos ter em torno de 30 mil famílias no próximo ano, o que cobrirá praticamente a totalidade das famílias carentes — as que recebem menos de meio salário mínimo por pessoa — e que residem há mais de cinco anos no Distrito Federal.

BA: Qual o custo do programa?
CB: Para as 30 mil famílias, vai ser de 1% do nosso orçamento — o mesmo que gastamos em apenas dois meses com o vale-refeição para os servidores do Governo do Distrito Federal (GDF). Com o mesmo objetivo, já aprovamos na Assembléia Legislativa o programa "Poupança-Escola", pelo qual cada uma dessas crianças, se passar de ano, vai receber R\$ 100,00 até o fim do colegial, depositados numa caderneta de poupança. O saldo é retirado em partes, ao final da 4ª série, da 8ª e da 1ª do segundo grau.

BA: Segurar as crianças na escola garante a melhora do ensino?
CB: Nesse sentido, nós temos o orgulho de dizer que o GDF está saldando uma dívida antiga que tinha com os professores, graças ao abono salarial, ao vale-refeição, ao auxílio-creche. Hoje eles têm um salário razoável — pelo menos até setembro, quando acaba o dinheiro do GDF, que depende de verbas da União.

Com o salário falta o passo seguinte, que é o envolvimento dos professores na Educação. Confesso que minha maior dificuldade hoje é fazer com que entendam a Educação não apenas como emprego, mas como uma tarefa de mudar, revolucionar o país.

"Até setembro, professores têm salário razoável. Depois acabam nossas verbas"

BA: E a "maneira nova de governar"?
CB: Estamos fazendo o que o PT já fez em outras localidades. É o orçamento participativo, a democracia. Também estamos iniciando a negociação salarial com os servidores e creio que aí vamos



Crianças pobres em Samambaia, Distrito Federal: para Cristóvam, a esquerda esquece os excluídos



fazer uma inovação. A idéia é mostrar que o servidor não é apenas um empregado, e o governo, patrão. Queremos fazer uma parceria com os servidores, mostrar que eles têm um compromisso com o povo. Se o salário na área da Educação vai aumentar, é preciso garantir o número correto de aulas.

"A relação do governo com o servidor não pode ser igual a patrão-empregado"

BA: Seu governo enfrentou uma série de dificuldades, refletidos na rejeição detectada pelo Datafolha: o aumento das tarifas de água, o caso das marmitas oferecidas à Central dos Movimentos Populares, a invasão da Estrutural...

CB: Vamos separar as coisas. O aumento da água: tínhamos que fazer. Mas não agimos de maneira correta, no sentido de debater, analisar, vender a idéia bem. Aí a oposição se aproveitou.

Do mesmo jeito, no caso das marmitas, tínhamos, sim, que dar apoio aos movimentos populares. Mas fizemos de uma maneira que não foi correta. Por isso quem pagou fomos nós: cada secretário deu sua quota, e o governador também.

O problema da Estrutural, este sim, merece uma análise cuidadosa, porque é um problema de invasão em terras públicas. Um governo como o nosso deve ter uma responsabilidade social grande. Mas ela vai além daqueles que não têm terra. No caso da Estrutural, estou absolutamente convencido de que o interesse público é maior que o daqueles que estão ali. Com um agravante: a gente sabe que muitos não estão ali por não ter onde morar. Se tolerássemos aquela situação, em vez de uma, surgiriam cem, duzentas, trezentas, mil cidades como aquela.

BA: Como andam as relações com o governo federal?

CB: Não há maiores problemas. É preciso lembrar que meu governo não é só do PT. O partido do presidente da República, PSDB, tem secretários no meu governo. Segundo, num regime democrático não deve haver problemas de relação entre um presidente que é de um partido e um governador que é de outro, na capital da República.

BA: O que o sr. achou da afirmação de FHC, segundo a qual a esquerda é burra?

CB: Para mim, o presidente prestou um serviço, pelo menos no sen-

tido de provocar o debate. Mas ele atirou em algo que eu não acho certo. O fato de ser burro ou não é uma acusação menos grave do que dizer que é ético ou não. Eu acho que a esquerda perdeu a dimensão ética, o que é pior que perder a dimensão lógica ou mesmo a imaginativa.

"O partido do presidente da República tem secretários no meu governo"

A esquerda surge na defesa dos interesses das parcelas mais pobres da população e lamentavelmente, num regime como o brasileiro, de *apartheid* social, as parcelas mais pobres não têm sido muito contempladas pelas propostas das esquerdas. A esquerda brasileira foi resistente, heróica, conta a ditadura. Mas quando terminou a ditadura, passou a ser reivindicatória de benefícios das categorias de trabalhadores modernos. Só que numa sociedade como a nossa, eles não representam as camadas mais pobres. A esquerda perdeu a dimensão dos excluídos.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ,
ASSESSOR DE IMPRENSA DA
SECRETARIA DE OBRAS DO DF

A VOLTA DA AMEAÇA NUCLEAR

A França quer contaminar o Atol de Mururoa e o Pacífico Sul, para produzir bombas atômicas "mais eficientes"

A pressão dos governos da Nova Zelândia e Austrália não foi suficiente para impedir que 150 fuzileiros navais franceses invadissem, em 10 de junho, o navio Rainbow Warrior II, do movimento ambientalista Greenpeace. Os militantes, que estavam próximos ao Atol de Mururoa — possessão francesa no pacífico sul — tentavam impedir que a França realizasse mais um teste nuclear naquela região, já muito contaminada em consequência de experimentos anteriores. A manifestação do "Greenpeace" era pacífica, e os ambientalistas consideraram o uso de bombas de gás lacrimogênio, pelos fuzileiros, como um ato criminoso.

Palco de explosões desde os anos 70, Mururoa transformou-se em cemitério de resíduos atômicos

Os protestos contra os testes nucleares começaram no mês passado, quando o governo francês anunciou que reiniciaria as explosões entre os meses de setembro de 95 e maio de 96. Ao todo, a França realizaria oito testes no Atol (coroa de ilhas de coral) de Mururoa, segundo informação do chefe de governo Alain Juppé. O único problema desta afirmação é que ela não é verdadeira. O jornal francês *Libération* revelou que o governo planeja realizar, antes de

um possível acordo que inviabilize esse tipo de experiência, mais testes atômicos, além daqueles já anunciados.

O ex-presidente François Mitterand havia ordenado o fim dos testes em 85, devido às intensas pressões políticas que surgiram ao ficar provada a participação do serviço secreto francês no atentado que afundou o navio Rainbow Warrior I (também do Greenpeace) e provocou a morte de um fotógrafo holandês. Uma crise de governo obrigou o ministro da Defesa, Charles Hernu, a pedir demissão, e o governo "socialista" de Mitterand a recuar.

Os primeiros testes nucleares no Atol de Mururoa foram feitos na década de setenta. Foram realizados 175 testes, sendo 123 subterrâneos. As bombas são enterradas e explodem debaixo da terra. Como era de esperar, o governo francês sustenta que as provas não causam nenhum dano à natureza.

Porém, as várias excursões feitas à área por ecologistas e pesquisadores comprovaram que as explosões subterrâneas perfuraram rochas e causaram rachaduras no solo, liberando vários materiais radioativos. Depois de vinte anos de experiências, o atol transformou-se num cemitério de resíduos radioativos. O oceanógrafo Jacques Cousteau atestou, em 1987, a presença de Césio 134 nas águas do atol. Outros elementos já foram encontrados, tais como Iodo

131 e Plutônio 239. Recentemente, foram encontradas algas contaminadas por Césio a mais de trezentos quilômetros de Mururoa: a área está liberando radioatividade no oceano e o material pode ser facilmente transportado pelas correntes marítimas do Pacífico Sul.

Correntes marítimas poderiam facilmente espalhar as algas contaminadas pelo Pacífico Sul

A volta dos testes no atol traz consigo duas questões: uma ambiental e outra política. A vida de seres vivos é posta em risco em função das ambições de um membro do Conselho de Segurança da

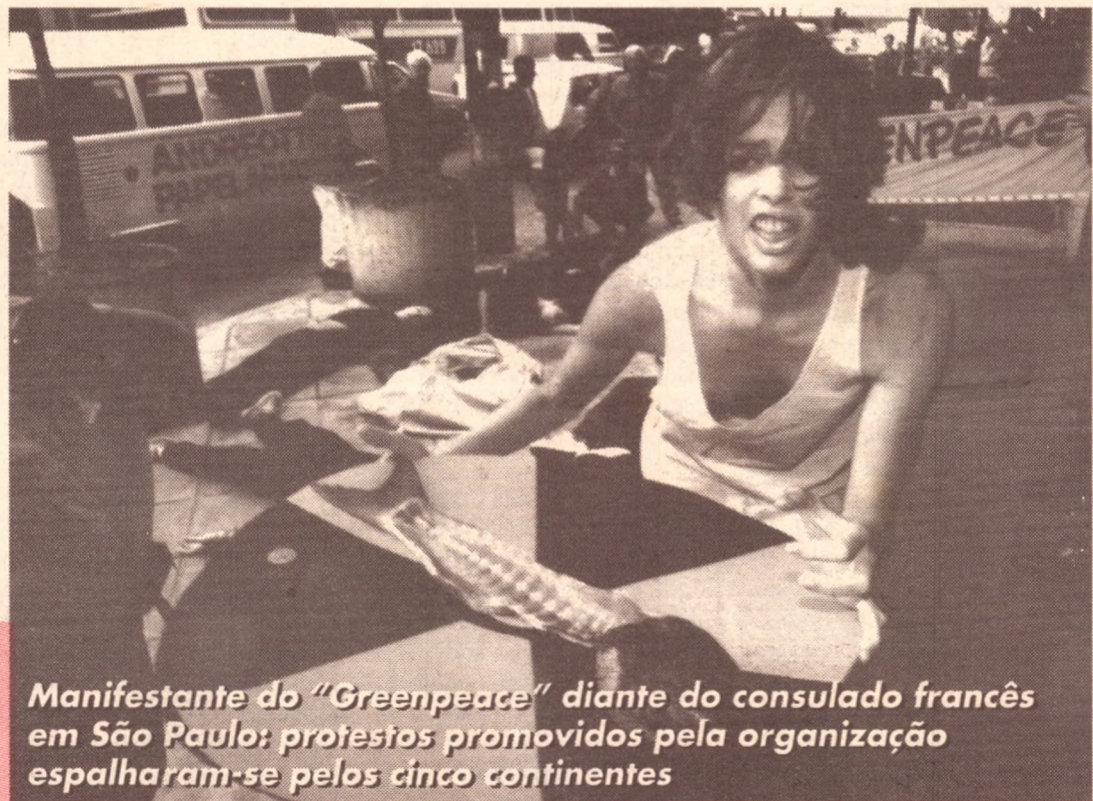
ONU que não abre mão de possuir e "aprimorar" bombas atômicas. A iniciativa desponta, além disso, como manifestação nacionalista de uma grande potência governada pela direita. Pouco antes das últimas eleições parlamentares francesas, o líder fascista Le Pen havia declarado que o assassinato de um marroquino por "skinheads" era "um problema menor". O mesmo ar onipotente transparece nas declarações do primeiro-ministro Juppé, que declarou no dia da invasão do Rainbow Warrior II: "a França vai continuar a empregar os meios necessários para fazer cumprir a lei".

A arrogância das autoridades francesas diante de um problema provocado muito além de suas

fronteiras despertou uma onda de protestos internacionais. Manifestações de ecologistas diante de embaixadas e consulados franceses espalham-se por Londres, Madri, Luxemburgo, Helsinque, Viena, Hong Kong, São Paulo e Rio de Janeiro. A Austrália, um dos países que podem ser afetados pelos testes em Mururoa, cancelou a compra de vários aviões franceses. Governos da Nova Zelândia, Japão, Chile, Itália, Alemanha, Rússia e Irlanda mandaram mensagens de protesto. Em resposta a tudo isso, Chirac afirmou apenas que "tomou uma decisão adequada aos interesses superiores da nação".

A atitude terrorista do governo francês pode desencadear uma corrida na mesma direção por parte dos outros países membros do "clube nuclear" (EUA, Reino Unido, Rússia e China). Em agosto próximo completa-se meio século desde o massacre de Hiroshima e Nagasaki. Cinco anos depois de terminada a Guerra Fria — e inaugurada uma "Nova Ordem" —, surge entre as grandes potências o desejo de tornar "mais eficientes" as armas que provocaram a tragédia.

WILLIAM AGUIAR



Manifestante do "Greenpeace" diante do consulado francês em São Paulo: protestos promovidos pela organização espalharam-se pelos cinco continentes

A "AÇÃO DE GUERRILHA" DO GREENPEACE

No dia 3 de julho o navio do Greenpeace, Rainbow Warrior II, partiu em direção ao Atol Mururoa, levando consigo cinco jornalistas, um bispo católico, 21 militantes da organização, além de personalidades. Ao se aproximarem das 12 milhas consideradas área do governo francês, foram seguidos de perto por uma fragata e, logo depois, por três barcos e um helicóptero. Assim que entraram nas águas territoriais, dia 9, foram abordados pela tropa francesa, que agiu de maneira truculenta. Toda a ação foi registrada por um militante

que só parou de filmar na hora que a polícia atirou bombas de gás para desalojar os militantes (que haviam se trancado na cabine) e entrou, danificando o sistema de comunicação. Antes disso, eles nada puderam fazer para evitar que as imagens fossem transmitidas, pois o Rainbow Warrior II possui um sistema de TV ligado com satélites. As imagens são difundidas por todo o mundo na mesma hora em que estão sendo geradas.

Os vinte e um militantes do Greenpeace que estavam no navio foram presos e liberados depois de, apro-

ximadamente, 10 horas de interrogatório. Enquanto a polícia os inquiria, outros dois conseguiram entrar na área de testes e escalaram a plataforma que fabrica o poço onde são colocadas as bombas. Depois de vinte minutos, a polícia retirou-os da área e, imediatamente, começou a instalação de cabos para bloquear o acesso à área de testes. Segundo o Greenpeace, ainda existem dois militantes na área, num barco inflável, sem sistemas de rádio para evitar a localização pela marinha francesa. (W.A.)